

LETRAMENTO ECOLÓGICO NA BNCC: A LINGUAGEM COMO MEDIAÇÃO ENTRE O DIREITO AMBIENTAL E OS DIREITOS HUMANOS

ECOLOGICAL LITERACY IN THE BNCC: LANGUAGE AS A MEDIATION BETWEEN ENVIRONMENTAL LAW AND HUMAN RIGHTS

Artigo recebido em: 21/7/2025

Artigo aceito em: 27/10/2025

Thiago Luiz Sartori*

*Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEDUCS), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6868880323818692>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>

thiagosartori@univas.edu.br

Bruno Gomes Pereira**

** Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Ibirapuera (UNIB), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3027874983591132>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4083-3210>

bruno.pereira@ibirapuera.edu.br

Cláudia Rosa Acevedo***

*** Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH - USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7970180882025380>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3797-0660>

acevedocampanario@usp.br

The authors declare that there is no conflict of interest

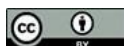
Resumo

As discussões sobre Letramento Ecológico (LE) têm ganhado corpo nos últimos anos. Muito dessa evolução se deve à ascensão dos Direitos Humanos (DH), em razão da sua tentativa de vozeamento de minorias diversas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar referências ao LE no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir da associação entre DH e Direito Ambiental (DA). A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos sobre letramento, especialmente no que compete ao LE, bem como ao Letramento Social (LS). A metodologia é do tipo documental, tomando como documento investigado a BNCC. A abordagem é qualitativa e a técnica utilizada foi a análise de conteúdo. Os dados revelam a presença do LE na BNCC de maneira implícita e transversal, uma vez que a terminologia não é diretamente utilizada. No entanto, a integração entre as práticas de letramento e os DH e DA ainda se mostra fragmentada no referido documento.

Abstract

Discussions about Ecological Literacy (EL) have gained momentum in recent years. Much of this evolution is due to the rise of Human Rights (HR), because of its attempt to give voice to diverse minorities. In this sense, this article aims to analyze references to EL in the context of the Brazilian National Common Curriculum Base (BNCC) based on the association between HR and Environmental Law (EL). The theoretical foundation is located in the interdisciplinary field of literacy studies, especially regarding EL, as well as Social Literacy (SL). The methodology is documentary, taking the BNCC as the document investigated. The approach is qualitative and the technique used was content analysis. The data reveal the presence of EL in the BNCC in an implicit and transversal way, since the terminology is not directly used. However, the integration between literacy practices and HR and EL is still fragmented in the aforementioned document.

Keywords: *Brazilian National Common Curriculum Base. Environmental Law. Environmental Education. Literacy.*



Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Direito Ambiental. Educação Ambiental. Letramento.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade dita líquida, nos termos de Bauman (2004; 2001), repensar as questões ambientais tem se tornado algo necessário. Isso porque, com a fragilidade dos laços humanos, o meio ambiente tornou-se uma temática transversal, pois, com a dinamicidade das relações entre as pessoas, todas as áreas do saber humano começaram a ter interesse em compreender a brevidade das coisas e das interações entre o homem e o seu meio.

Isso, de alguma maneira, impulsionou políticas públicas que advogam pelo protagonismo de minorias, as quais, por séculos, ficaram à margem da sociedade ocidental. Nesse contexto, os Direitos Humanos (DH) passaram a assumir função precípua nos debates sobre sustentabilidade e meio ambiente, uma vez que resgatam questões ligadas à ética e ao uso consciente dos recursos naturais e de todas as formas de vida no nosso ecossistema (Sousa, 2020; Sartori, 2022).

O termo “ecossistema”, utilizado nesse artigo, extrapola os limites do esverdeamento. Evidentemente, quando optamos pelo uso da referida palavra, estamos nos referindo a todo o organismo natural que sustenta vidas ligadas à fauna e à flora. No entanto, é preciso considerar também a própria sociedade como um ecossistema específico, em que as relações entre as pessoas são fundamentais para o impacto no exercício da cidadania em relação aos recursos naturais (Bezzon; Diniz, 2020).

Na tentativa de colaborar com as discussões acerca da temática mencionada, esse artigo tem como objetivo analisar referências ao Letramento Ecológico (LE) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir da associação entre DH e Direito Ambiental (DA). Compreendemos que este propósito é complexo e, por isso, demanda um diálogo com diferentes áreas do saber humano, com o intuito de percebermos o objeto investigado sob diferentes prismas, tal como propõe Morin (2011; 2005).

Estamos utilizando a expressão “letramento ecológico” para designar práticas de letramento social com foco na relação entre o homem e as demais manifestações de vida existentes no meio em que vive. Por isso, é algo que vai além do fato de preservar a

natureza, considerando variáveis socialmente complexas, como, por exemplo, a ética, a bioética e a compreensão crítica dos impactos das ações humanas junto às questões ambientais (Moreira *et al.*, 2023).

Diante disso, cabe, então, a seguinte problemática de pesquisa: *Como o LE é representado no contexto da BNCC considerando a relação entre DH e DA?* O referido problema dialoga diretamente com o objetivo geral da pesquisa, com vistas a promover à investigação unidade entre as partes metodológicas.

A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos sobre letramento, especialmente no que compete ao LE, bem como ao Letramento Social (LS). Compreendemos que os estudos dessa vertente favorecem uma discussão mais ampla, de natureza associativa, o que reforça também a interdisciplinaridade do atual cenário planetário, sobretudo em debates voltados à educação de alguma forma (Morin; Ciurana; Motta, 2003).

Entendemos por interdisciplinaridade o movimento dialógico entre diferentes áreas do saber humana, na intenção de observar o fenômeno analisado sob diferentes vieses. Logo, de acordo com De Lunetta, Guerra e Rozendo (2023) e De Lunetta e Guerra (2023), o saber interdisciplinar é aquele construído a partir de zonas fronteiriças, que se desenvolvem em diversos níveis.

A metodologia é do tipo documental, com abordagem qualitativa, sendo a análise de conteúdo a técnica utilizada (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009; Cellard, 2008). O documento investigado foi a BNCC, exemplo de política pública educacional influente no cenário da organização escolar vigente.

Esperamos que esse trabalho possa ser provocativo e, assim, consigamos estimular momentos vindouros de debate acadêmico. Além disso, desejamos também colaborar com as discussões científicas sobre LE no cenário investigativo emergente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção, apresentamos a revisão de literatura que embasa teoricamente esse trabalho. Para tanto, optamos por três subseções que dialogam com a questão do LE a partir da perspectiva dos DH e do DA tendo a linguagem como ferramenta de intermediação. A proposta é que essa revisão nos ajuda a pensar tais conceitos no âmbito da BNCC.

2.1 Letramento ecológico como prática social

No contexto das relações sociais, pensar a interação entre homem e o meio em que vive é um assunto de interesse de diversas áreas do saber. Sob muitos prismas, a construção das relações entre pessoas e demais seres vivos é problematizada como um fenômeno genuinamente construído quando a intenção é desenvolver o conhecimento. É nesse sentido que compreendemos estas relações como a construção de uma rede discursiva, em que não é possível dissociar os seus respectivos pontos e componentes, resultando disso as práticas de letramento (Latour, 2000; Latour, 2004).

Ainda sem utilizar-se dessa terminologia, o letramento enquanto prática social serviu como pano de fundo para as indagações mais recentes desenvolvidas no âmbito da Sociologia das Relações, na França. De acordo com Latour (2012), para que a sociedade se faça viva, a nossa interação é estabelecida por meio da convivência entre atores humanos e não humanos que, juntos, tecem o significado das relações.

Considerando a percepção de Latour (2012), os atores humanos e não humanos ajudam na construção do ecossistema, o qual fazemos referência nesse artigo. Isso porque, quando pensamos o ecossistema como representação social, devemos levar em conta que a sociedade é formada, antes de tudo, pelas relações que estabelecemos uns com os outros, com a vida e com todos os instrumentos que fazem parte do nosso contexto.

É nessa interface que retomamos ao letramento como prática, distanciando-o da percepção de ser algo estático e imutável. De acordo com Street (2014; 1984), o letramento é um exercício constante, que envolve o olhar crítico sobre a própria linguagem, de modo a nos conduzir à reflexão sobre uma determinada realidade concreta.

Ainda conforme Street (2013, p. 53):

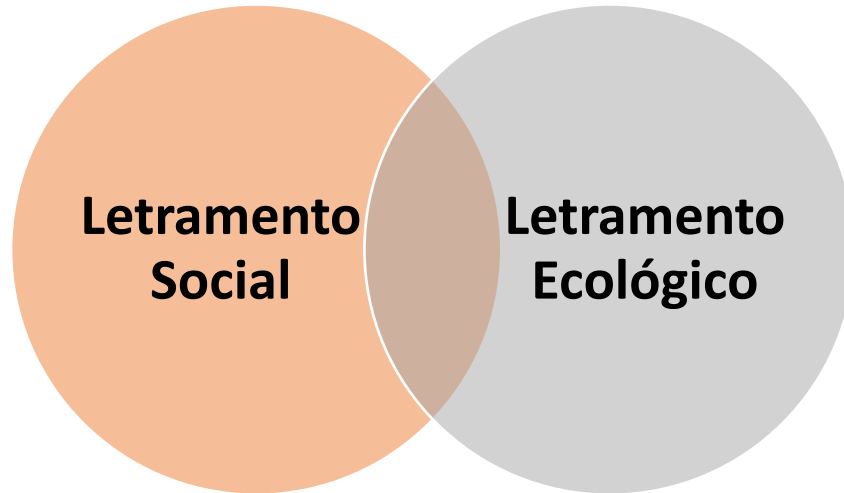
o letramento varia de um contexto para outro e de uma cultura para outra e, assim, conseqüentemente, variam os efeitos dos diferentes letramentos em diferentes condições. A abordagem autônoma [de letramento] simplesmente impõe concepções particulares, dominantes de letramento a outras classes sociais, grupos e culturas.

Conforme Street (2013), o letramento deve ser estimulado, pois sua dimensão autônoma acaba sendo algo imposto, dissociando-se da percepção social, quer adotamos nesse trabalho. Logo, ainda que sejam articulados de alguma maneira, o letramento deve ser pensado como prática e exercício social.

Partindo desse pressuposto, apresentamos a Figura 1, a qual ilustra os movimentos teóricos e dialógicos do letramento, aos quais fazemos referência nesse trabalho.

Figura 1

Relação entre Letramento Social e Letramento Ecológico



Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 1 é constituída por duas esferas que se sobrepõem e, com isso, sugerem movimentos articulatórios, o que retoma à ideia de interdisciplinaridade que mencionamos anteriormente. Na primeira esfera, de cor salmão, consta o *Letramento Social*, enquanto na segunda, o *Letramento Ecológico*. Nossas discussões estão inseridas na zona fronteira entre ambos os recortes teóricos, por entendermos que isso melhor atende às demandas complexas sobre saber científico na atualidade (Morin, 2011; Morin; Ciurana; Motta, 2004).

O LS pode ser compreendido como o conhecimento crítico das práticas de linguagem para interação em diferentes domínios sociais. Conforme Street (2014; 1984), o ser humano é, por excelência, um ser social, pois se relaciona dentro dos contextos pragmáticos e, com isso, gera situações responsivas que demandam conhecimento prévio sobre o mundo em que vive.

Em outros termos, o LS baseia-se na contextualidade, pois a funcionalidade e o significado das ações estão diretamente associados ao meio em que o homem vive e se relaciona. Isso, por sua vez, reforça a ideia de letramento enquanto prática, uma vez que, a princípio, nosso repertório de saberes limita-se ao meio em que me relaciono (Pereira, 2025).

No contexto desse trabalho, pensar o LS nos ajuda a compreender de que maneira a BNCC reflete o mundo contemporâneo, levando em conta a instabilidade das relações, o que provoca a mudança constante no perfil dos alunos. Não raramente, docentes de todos os níveis da educação formal se preocupam em preparar aulas atrativas e ativas, pois o estudante de hoje tende a se cansar facilmente daquilo que lhe é proposto (Pereira, 2023; Sartori; Pereira, 2023).

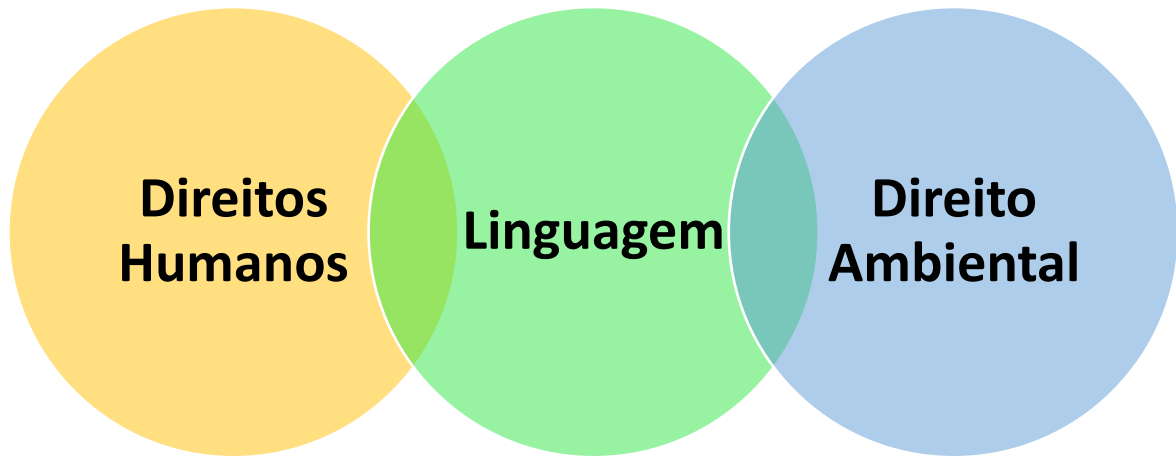
Revistando a Figura 1, temos o LE como ponto relevante nas discussões que procuramos travar nesse trabalho. O LE, embora seja um conceito ainda pouco explorado no cenário das pesquisas científicas, nos convida a pensar questões de ética e respeito que devemos ter em relação a qualquer manifestação de vida. Portanto, trata-se de uma vertente dos estudos do letramento em que aspectos voltados à sustentabilidade, responsabilidade ecológica e cidadania são vigas-mestras no processo de entendimento e compreensão dos impactos causados pela prática humana junto ao meio ambiente (Hargreaves; Fink, 2007).

De acordo com Moreira *et al* (2023), o LE e a sustentabilidade andam juntos, partindo do princípio de que ambas problematizam a atuação do homem em relação ao meio em que vivem. Além disso, procuram estratégias que viabilizem uma durabilidade maior dos recursos naturais, advogando por uma sociedade mais responsável e engajada na preservação da fauna e da flora.

No âmbito desse trabalho, o LE colabora para um entendimento mais assertivo da BNCC enquanto política pública sustentável, ou seja, como estratégia eficiente no processo de repensar a educação ambiental no contexto da escola formal. Por isso, o entendemos como aspecto transversal da BNCC, servindo, pois, como fonte de diálogo com todas as áreas do saber humano (Layrargues; Lima, 2014).

2.2 Direito ambiental e direitos humanos como práticas de linguagem

Para entendermos melhor a questão do LE na BNCC, optamos por considerar os impactos e avanços no campo dessa política pública a partir da ascensão dos DH e do DA. Para isso, elaboramos a Figura 2, na qual é possível ilustrar o movimento teórico que estamos nos referindo.

Figura 2*Direitos Humanos, Linguagem e Direito Ambiental*

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 2 é constituída pela relação entre três círculos que se encontram justapostos, porém mantendo zonas fronteiriças, o que reforça os diálogos que pretendemos estabelecer nesse trabalho. No meio, temos a esfera roxa, em que se lê *linguagem*; na primeira esfera, de cor azul, podemos perceber os *Direitos Humanos*; já na esfera lilás, a terceira da imagem, identificamos o *Direito Ambiental*. Assim como na ilustração anterior, as sobreposições indicam diálogos possíveis entre as diferentes perspectivas.

Existem várias definições para o termo “linguagem” no contexto da literatura especializada. No entanto, nos interessamos mais de perto pela definição bakhtiniana de linguagem, que se sustenta na premissa da interação humana. De acordo com Bakhtin (2006; 2003), a linguagem é uma ferramenta social, não apenas porque está em sociedade, mas principalmente porque a sociedade é fabricada a partir dela. Em outras palavras, sem linguagem não há práticas de letramento, nem tampouco sociedade.

Quando compreendemos que a linguagem é um princípio genuinamente dialógico, pois pressupõe a relação entre o “eu” e o “outro”, de acordo com Bakhtin (2006; 2003), passamos a compreender também que a BNCC acaba se fazendo presente por motivar o pensamento da educação formal em relação ao outro que acolhe, ou seja, ao estudante.

Tomando o “outro” bakhtiniano como ponto de partida, passamos a compreender melhor, conseqüentemente, a presença dos DH e do DA no bojo da BNCC enquanto política pública. Isso porque ambas as áreas do direito mencionadas emergiram da

preocupação coletiva, no contexto de uma sociedade dominada pelo discurso segregador já estrutural, algo latente na sociedade ocidental (Bakhtin, 2006).

No contexto dos estudos da linguagem, a presença do “outro” pressupõe a presença do “eu”, ou seja, o chamado dialogismo presente no postulado de Bakhtin (2006; 2003). De acordo com o autor, a linguagem é por si só, um instrumento dialógico, pois, ao estabelecer interação, há, conseqüentemente, a permissão do diálogo entre as entidades que emergem do contexto enunciativo.

Os DH, por sua vez, ascenderam, mais pontualmente, a partir dos anos 2000, quando o paradigma da complexidade ganhou força e a sociedade se percebeu em transição paradigmática. Com isso, algumas vozes subalternas passaram a ganhar protagonismo, tal como os indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, os negros e as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+¹, por exemplo (Sartori, 2022).

Influenciados pela ideologia predominante no Iluminismo europeu, os DH advogam por uma sociedade menos desigual, optando pela ética e pela dignidade humana. Com isso, no contexto brasileiro, os DH estão previstos na Constituição de 1988 enquanto premissa fundamental à existência social, o que garante ao homem direito aos preceitos mais básicos de sobrevivência e felicidade (Sousa, 2020).

É nesse sentido que os DH passaram a ser utilizados também em prol das causas ambientais, pois o meio ambiente passou a ser visto como condição fundamental à existência humana. Nesse sentido, estamos nos referindo a várias variáveis, tais como direito à saúde, à vida, à moradia e à alimentação dignas (Sousa, 2020; Sartori, 2022).

A partir disso, os DH nos ajudam a entender a educação ambiental como forma interdisciplinar de se trabalhar o LE, pois, no contexto da BNCC, os DH são percorridos paulatinamente. Isso, por sua vez, nos ajudam a visualizar um cenário mais coeso no que se refere às práticas de interação humana (Sartori, 2022).

Revistando a Figura 2, temos o DA, que se configura como uma ramificação dos estudos do direito. Seu principal foco é a justiça socioambiental, de modo a assegurar amparo no que compete aos diferentes impactos ambientais que podem ser desencadeados por intermédio da interação humana (Acsehrad, 2009).

Na educação formal brasileira, o DA ainda é pouco enfatizado quando nos referimos à organização curricular vigente. Nesse caso, destacamos a ausência de um

¹ Sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexo, assexuais/aromânticos/agênero, pansexuais/polissexuais e não-binários.

componente curricular que trate especificamente desse assunto, tornando o DA uma temática transversal, devendo ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo (Ayala, 2004).

Na BNCC, o DA pode ser visto de maneira diluída no documento. Em diversos momentos, dialoga com outras questões que não estão diretamente associadas aos DH, embora essa associação possa ser feita de maneira indutiva. Isso, por sua vez, resgata a noção de linguagem que mencionamos, pois estas inferências são possíveis a partir da figura do “outro” (Achselrad, 2009; Ayala, 2004; Coimbra, 2002).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nessa seção, caracterizamos o percurso metodológico da pesquisa. Para tanto, descrevemos o tipo, a abordagem e a técnica de pesquisa que utilizamos no decorrer do tratamento do *corpus*. A ideia é contextualizar os dados, pois entendemos que isso pode colaborar para o entendimento de forças intersubjetivas que estão para além das informações explícitas da BNCC.

O tipo de pesquisa que adotamos é a documental, considerando a BNCC o documento submetido a tratamento científico. Trata-se de uma política pública educacional que se originou das lacunas identificadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em razão das modificações sociais que surgiram com o tempo. A inovação da BNCC em relação às políticas públicas similares anteriores é a opção por um ensino voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências, o que vai muito além do entendimento do conteúdo. Por isso, agrega princípios ideológicos fundamentais para o entendimento das práticas de letramento em contextos múltiplos.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e Cellard (2008), a pesquisa documental é caracterizada a partir de duas perspectivas: a) análise de documentos que nunca foram submetidos a qualquer tipo de tratamento científico; ou b) análise registros que semiotizam² práticas sociais desenvolvidas em um dado recorte de tempo e de espaço.

Por motivos metodológicos, a definição que mais se aproxima com a proposta desse trabalho é a segunda das duas que mencionamos. Isso porque buscamos perceber

² O verbo “semiotizar” está sendo utilizado nesse trabalho para nos referir aos diferentes significados que possam emergir do tratamento científico dos dados desse trabalho. Logo, não é nosso interesse manter quaisquer tipos de associações teóricas com a *Semiótica*, ramo da linguística que estuda o signo linguístico.

forças contextuais da nossa sociedade hoje que, de alguma maneira, impulsionaram a existência da BNCC. Para ilustrar isso, os DH e o DA despontam como estratégias emergentes que procuram assegurar as demandas mais recentes propostas por uma sociedade em construção.

A abordagem que escolhemos é a de base qualitativa, pois compreendemos que uma análise dos recortes da BNCC demanda um olhar que envolve o entorno, indo para além do excerto. Logo, o olhar que procuramos manter em relação aos dados da investigação é algo sensível no que compete à construção de interdiscursos entre LE, DH e DA.

Entendemos por abordagem qualitativa uma perspectiva metodológica, de base fenomenológica e filosófica, que nos convida a extrair sentidos implícitos dos dados investigados. Em outras palavras, trata-se de uma premissa intersubjetiva das práticas relacionais, em que a interpretação é ponto fundamental para seu exercício (Lakatos; Marconi, 2010).

Já a técnica que utilizamos foi a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). Trata-se de uma perspectiva analítica que procura revelar valores e ideologias que estão explícitas ou silenciadas em um determinado contexto, considerando o conteúdo dos dados tratados.

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo deve ser organizada a partir de três etapas principais, a saber: a) a etapa da pré-análise; b) a etapa da exploração do material; e c) a etapa do tratamento e interpretação. O Tabela 1 representa a execução de cada um desses momentos.

Tabela 1

Etapas da análise de conteúdo

Etapa	Definição	Aplicação
Pré-análise	Leitura superficial do material.	Leitura inicial da BNCC.
Exploração do material	Identificação de palavras ou expressões relevantes para posterior categorização dos dados.	Releitura da BNCC procurando identificar possíveis recortes que pudesse ajudar a responder o objetivo proposto no artigo.
Tratamento e interpretação	Processo de construção de sentidos dos conteúdos explorados.	Seleção e análise de recortes da BNCC com foco no LE a partir dos DH e do DA.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

De acordo com o Quadro 1, a construção dessa pesquisa obedeceu às três etapas propostas por Bardin (2016), considerando, conseqüentemente, o conteúdo da BNCC. Isso reforça o caráter sistemático do rigor metodológico no tratamento dos dados dispostos na seção seguinte.

Ao todo, selecionamos quatro recortes da BNCC na fase de exploração do material. Tais dados foram analisados na fase de tratamento e interpretação do *corpus*. Como estratégia de seleção dos recortes analisados, adotamos os seguintes descritores: a) Direitos Humanos; b) Preservação; c) Letramento; e d) Sustentabilidade. Optamos por estes descritores, pois os entendemos como sintetizadores vocabulares da ideia de LE, uma vez que esta terminologia não é utilizada, explicitamente, na BNCC.

No Tabela 2, listamos o quantitativo de ocorrência de cada descritor.

Tabela 2

Quantitativo de ocorrência de cada descritor

Descritor	Quantitativo
Direitos Humanos	20
Preservação	11
Letramento	48
Sustentabilidade	24

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, após o mapeamento com os descritivos, analisamos cada contexto em que eles foram mencionados. Na sequência, selecionamos aqueles recortes com conteúdo que melhor respondem ao propósito desse trabalho, ou seja, em que a relação com o LE fosse mais clara.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, apresentamos um percurso de análise a partir dos resultados obtidos. Para isso, utilizamos a análise de conteúdo como técnica de investigação para viabilizar os recortes da BNCC, analisados aqui.

Abaixo, mencionamos o Recorte 1.

RECORTE 1
Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos , a consciência socioambiental e o consumo

responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo (Brasil, 2018, p. 65).

O fragmento ora analisado foi extraído da parte em que o documento menciona as competências específicas de linguagens para o ensino fundamental. Das seis competências listadas, o Recorte 1 é a quarta delas, sendo as demais voltadas aos princípios de associação entre linguagem e tecnologia, linguagem e multimodalidade, bem como linguagem e construção humana.

É possível perceber a recorrência aos DH enquanto um caminho promissor no que compete ao desenvolvimento da consciência socioambiental. Isso, por sua vez, reforça a natureza indissociável entre DH e as questões ambientais, considerando também as ocorrências local regional e global como instâncias de impacto por meio dessa intervenção (Sartori, 2022).

O LE se desenha, então, como premissa voltada ao desenvolvimento crítico do mundo contemporâneo, ou seja, não basta defender as questões socioambientais. É preciso, contudo, repensar a própria estrutura da cultura brasileira que, por vezes, silenciou a causa ambiental. É a partir disso que falamos em pensamento crítico enquanto processo, pois é algo que deve ser exercitado nas escolas formais no país (Street, 2014).

No entanto, é preciso reconhecer também que o referido assunto ainda se mostra lacônico, especialmente quando nos referimos às estratégias adotadas para incentivar a criticidade e a autorreflexão. Embora a BNCC avance nas discussões ambientais em comparação às demais políticas públicas anteriores, é preciso reconhecer que o LE ainda é visto de maneira fragmentada, com pouco articulação com a prática pedagógica (Sartori; Pereira, 2023).

Abaixo, mencionamos o Recorte 2.

RECORTE 2

A unidade temática Vida e evolução propõe o estudo de questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. Estudam-se características dos ecossistemas destacando-se as interações dos seres vivos com outros seres vivos e com os fatores não vivos do ambiente, com destaque para as interações que os seres humanos estabelecem entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente. Abordam-se, ainda, a importância da

preservação da biodiversidade e como ela se distribui nos principais ecossistemas brasileiros (Brasil, 2018, p. 326).

O fragmento ora analisado foi extraído da parte em que a BNCC apresenta um mapeamento das áreas que contempla e, a partir disso, caracteriza as unidades que a compõe. Assim, trata-se de uma parte descritiva do documento que nos ajuda a perceber como a referida política pública tem seus conteúdos devidamente organizados. A área mencionada no recorte é a de Ciências da Natureza, que acopla Física, Química e Biologia, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O foco é compreender os fenômenos naturais, tecnológicos e ambientais sob uma perspectiva socioambiental (Brasil, 2018).

É possível perceber a ideia de preservação ligada à biodiversidade, o que vai de encontro à ideia de ecossistema enquanto integração entre fauna e flora. Há, com isso, o reforço do discurso socioambiental esverdeado, com foco na natureza enquanto organismo vivo e independente. Todavia, ao mesmo tempo, o referido discurso se fundamenta no pressuposto de meio ambiente enquanto espaço de interação entre o homem e as demais manifestações de vida na terra, o que reforça o engajamento ambiental do BNCC (Pereira, 2023).

O LE, nesse caso, é proposto a partir do seu sentido mais genuíno, o de preservação da ecologia brasileira, caracterizada pela sua diversidade na flora e na fauna. Assim, chama a atenção aos aspectos de conscientização socioambientais, em que a escola se desponha como instituição responsável por ajudar a difundir o referido discurso. Portanto, o LE está diretamente interligado à educação ambiental no espaço formal, considerando a necessidade de reeducação das ações do ser humano no espaço natural (Moreira *et al.*, 2023).

Por outro lado, é preciso evidenciar que a BNCC ainda apresenta resquícios de um pensamento disciplinar, mesmo tendo optado pela tentativa de se pensar o conhecimento humano de maneira inter e transdisciplinar. Isso parece ser evidenciado na própria organização do material em áreas, concentrando o discurso socioambiental ecossistemático, em sua maior parte, na unidade em que o recorte foi extraído. Reconhecemos o avanço da BNCC, quando propõe a organização de área, porém há de se levar em consideração que estas áreas dialogam em sua imanência, o que demandaria uma associação mais consistente das temáticas transversais (Hargreaves; Fink, 2007).

Assim, os DH e o DA poderiam ser explorados de maneira mais articulada, com vistas a proporcionar uma melhor unidade às áreas.

Abaixo, mencionamos o Recorte 3.

RECORTE 3

Tendo por referência esses conhecimentos das próprias crianças, o estudo da Geografia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, em articulação com os saberes de outros componentes curriculares e áreas de conhecimento, concorre para o processo de alfabetização e letramento e para o desenvolvimento de diferentes raciocínios (Brasil, 2018, p. 367).

O fragmento ora analisado foi extraído da parte em que a BNCC caracteriza a Geografia no Ensino Fundamental com foco nos anos iniciais. Em tempo, nesse momento, o documento reflete sobre as temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades que se pretende desenvolver na criança que está nesse momento da vida escolar. As práticas de alfabetização e letramento, por exemplo, são mencionadas como ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento do raciocínio e do pensamento crítico (Brasil, 2018).

Há, no recorte, a ideia de que a Geografia não pode ser dissociada dos demais componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, convidando-nos a pensar sobre a sua articulação com outros saberes de base histórica, linguística, matemática etc. Por isso, a Geografia é apontada como possibilidade de auxílio na prática de letramento e de alfabetização da criança (De Lunetta; Guerra, 2023).

O LE parece convergir com questões ligadas ao saber linguístico do estudante, o que é algo bastante promissor no que compete ao desenvolvimento do raciocínio e da cognição da criança. Trata-se, portanto, de uma premissa basilar à construção da competência linguística do estudante, que é incentivado a associar o teor crítico e político da temática socioambiental à prática de leitura e escrita em todos os domínios sociais que frequenta (Hargreaves; Fink, 2007).

A fragilidade que identificamos nessa premissa é o distanciamento do olhar linguístico do LE das diretrizes sociais orientadas pelos DH e pelo DA. Não há, nessa parte do documento, nenhuma articulação entre a perspectiva de alfabetização, por exemplo, ao caráter libertador e emancipatório dos DH e da consciência socioambiental que tanto está presente nos ideais freireanos do ato de alfabetizar (Sartori, 2022). É

preciso que as discussões avancem nesse sentido, de modo a garantir maior engajamento social do estudante por meio do seu desenvolvimento linguístico.

Abaixo, mencionamos o Recorte 4.

RECORTE 4

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a **sustentabilidade** socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável (Brasil, 2018, p. 575).

O fragmento ora analisado foi extraído da parte em que a BNCC caracteriza as competências e habilidades específicas que deseja desenvolver junto ao estudante do ensino médio. Inserida no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o recorte em evidência dialoga com aspectos espaciais da sustentabilidade socioambiental, convidando-nos a repensar questões voltadas ao descarte de resíduos em metrópoles, bem como a poluição sistêmica, por exemplo (Brasil, 2018).

Há, no recorte, a preocupação em considerar o contexto espacial e socioeconômico como motivador para a promoção da sustentabilidade socioambiental. Trata-se, portanto, de um discurso bakhtiniano se levarmos em consideração que a linguagem possibilita a construção de convergências e discrepâncias que possam levar a propostas de sustentabilidade verdadeiramente eficientes. Com isso, advogamos pela percepção de que a linguagem, seja ela verbal ou não-verbal, está contida em todas as manifestações sociais, promovendo interação e construindo conhecimento empírico (Bakhtin, 2006).

O LE, por sua vez, encontra-se bem delimitado no sentido de se eleger a sustentabilidade como foco da discussão. Há, com isso, a concepção de sustentabilidade enquanto capaz de durar e permanecer na sociedade por intermédio de atitudes socioambientais conscientes e promissoras. Portanto, há a tentativa de associar o letramento a um exercício sustentável, de modo a impactar positivamente em questões voltadas ao meio ambiente em diversos vieses (Hargreaves; Fink, 2007).

No entanto, é possível identificarmos uma fragmentação no que compete à articulação entre sustentabilidade socioambiental aos DH, um dos principais motivadores filosóficos da BNCC. Por vezes, os DH parecem se esvair no contexto da discussão ilustrada pelo recorte e, por isso, acabam não sendo efetivamente pensados para

problematizar ações práticas que poderiam ser incorporadas à rotina real da educação formal (Sartori, 2023).

Em síntese, procuramos estabelecer aqui um percurso de análise capaz de nos provocar a pensar em possíveis melhoramentos à BNCC. Contudo, é preciso levar em consideração que o referido documento representa um conjunto de políticas públicas que nos ajudam a pensar o LE como pano de fundo, ainda que esta terminologia não seja explicitamente mencionada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos um percurso de análise a partir de alguns excertos extraídos da BNCC, documento advindo de políticas públicas educacionais fortemente influenciador da organização da educação no Brasil. Para isso, lançamos mão de discussões teóricas sobre LE e LS com vistas a fundamentar os impactos dos DH e do DA no bojo da BNCC.

Para tanto, entendemos que o objetivo geral do trabalho – analisar referências ao LE no contexto da BNCC a partir da associação entre DH e DA – foi devidamente contemplado, especialmente quando interpretamos os excertos do referido documento que passaram a constituir os dados dessa pesquisa. Além disso, a caracterização do percurso metodológico, o que inclui a opção pelo manuseio da análise de conteúdo, nos deu condições de mapear partes do conteúdo da BNCC que dialogassem como a perspectiva crítica e reflexiva do LE, ainda que esta nomenclatura não fosse mencionada explicitamente nas ocorrências investigadas.

A pesquisa reforça o avanço que a BNCC representa às políticas públicas educacionais emergentes no Brasil, especialmente se compararmos com as demais políticas anteriores. Há, com isso, uma tentativa evidente de remodelar o pensamento e a organização curricular da escola formal, distanciando-se de uma visão puramente conteudista, como prevista no tradicionalismo, por exemplo.

No entanto, identificamos fragilidades no que compete à associação entre DH e DA na BNCC, principalmente quando passamos a entender o LE como prática genuinamente social e, por isso, interativa. Por vezes, há lacunas que acabam distanciando o olhar iluminista dos DH à proposta prática do DA, o que acaba minimizando os impactos sociais do LE no contexto da educação ambiental.

Em suma, recomendamos incorporar um olhar mais transdisciplinar às partes extraídas da BNCC, com vistas a promover um diálogo mais explícito entre os saberes supramencionados e o próprio empirismo que é demandado a partir da ocorrência ao LE.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2009). Sentidos da sustentabilidade urbana. In H. Acselrad (Org.), *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Ayala, P. de A. (2004). A proteção jurídica das futuras gerações na sociedade de risco global: o direito ao futuro na ordem constitucional brasileira. In H. S. Ferreira & J. R. M. Leite (Orgs.), *Estado de direito ambiental: tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Hucitec.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bezzon, R. Z., & Diniz, R. E. da S. (2020). O conceito de ecossistema em livros didáticos de Biologia do Ensino Médio: abordagem e possíveis implicações. *Educação em Revista*, 36, e195948.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Coimbra, J. de Á. A. (2002). *O outro lado do meio ambiente* (2ª ed.). Campinas: Millennium Editora.
- De Lunetta, A., & Guerra, R. (2023). Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. *Revista OWL - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, 2, 149–159.

- De Lunetta, A., Guerra, R., & Rozendo, J. F. (2023). A interdisciplinaridade como ferramenta de sucesso no ensino de matemática e educação física no PROEJA. *Revista Acadêmica de Tecnologias em Educação*, 3.
- Hargreaves, A., & Fink, D. (2007). *Liderança sustentável: desenvolvendo gestores da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.
- Latour, B. (2004). *Como fazer ciência na democracia* (Trad. C. A. M. de Souza). Bauru: Edusc.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edusc.
- Layrargues, P. P., & Lima, G. F. da C. (2014). As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, 17(1), 23–40.
- Moreira, J. S. *et al.* (2023). Alfabetização e letramento ambiental: uma reflexão à luz da complexidade. *Diversitas Journal*, 8(2). Santana do Ipanema/AL.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo* (4ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E., Ciurana, E. R., & Motta, R. D. (2003). *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez.
- Pereira, B. G. (2023). Relocalização e letramento na produção da escrita acadêmica: uma pesquisa em Linguística Aplicada. *Temática – Revista Eletrônica de Publicação Mensal*, 5, 106–120.
- Pereira, B. G. (2025). Letramento digital na formação inicial do professor de língua portuguesa: experiências com acadêmicos de uma universidade federal. *Revista Querubim* (Online), 57, 30–37.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- Sartori, T. L. (2022). Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 15(46), 261–275.

- Sartori, T. L., & Pereira, B. G. (2023). Representação da sexualidade na BNCC: apontamentos para as aulas de sociologia. *Revista Querubim* (Online), 45, 155–160.
- Sousa, T. S. (2020). Humano demasiado inumano: gênero, direitos humanos e discursos em disputa. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, 56, 292–315.
- Sartori, T. L., Ações afirmativas de acesso e permanência no ensino superior de travestis e transexuais: ato de resistência e efetivação dos direitos humanos. 2025. Tese (Doutorado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/T.100.2024.tde-14012025-231830. Acesso em: 2025-11-12.
- Sartori, T. L. Políticas afirmativas de acesso e permanência da mulher pesquisadora na Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 1–18, 2024. DOI: 10.21713/rbpg.v19i40.1897. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1897>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- Street, B. V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Street, B. V. (2014). *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação* (Trad. M. Bagno). São Paulo: Parábola Editorial.
- Street, B. V. (2013). Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71.

Participação dos autores

Ambos os autores contribuíram igualmente para a elaboração deste artigo.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Como citar este artigo (APA)

Sartori, T. L., Pereira, B. G., & Acevedo, C. R. LETRAMENTO ECOLÓGICO NA BNCC: A LINGUAGEM COMO MEDIAÇÃO ENTRE O DIREITO AMBIENTAL E OS DIREITOS HUMANOS. *Veredas Do Direito*, e223664. <https://doi.org/10.18623/rvd.v22.n4.3664>